

RESENHA



“Saúde Mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social”

ALMEIDA, Magali da Silva. Prefácio. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 13-22, 2020

Evelyn Melo da Silva*

Esta resenha tem por objetivo apresentar o livro “Saúde Mental e Drogas em Tempos de Pandemia: Contribuições do Serviço Social” produzido por pesquisadores (as) do Serviço Social, docentes e discentes, profissionais da saúde mental e drogas, partindo do contexto pandêmico e considerando os desdobramentos da contrarreforma do Estado, com o advento do ultraneoliberalismo, ultraconservadorismo e do bolsonarismo. Os artigos tratam de questões vividas, pensadas e/ou analisadas na efervescência do tempo presente para uma contribuição crítica sobre as alternativas e resistências frente a barbárie reproduzida nas políticas de saúde mental e drogas.

Tendo como referência central as particularidades da formação social brasileira nas dimensões do debate de saúde, doença, saúde coletiva, saúde mental, drogas, pandemia, Serviço Social e política pública, a análise crítica da produção e reprodução das relações sociais do Brasil recente, é estruturada considerando também, o colonialismo e os desdobramentos da escravização de africanos na diáspora brasileira.

Para tanto, no prefácio do livro, a autora Magali Almeida (2020) fala sobre colonização, sequestro de negros africanos e os confinamentos –

* Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS-UERJ). Mestra em Relações Étnico-Raciais (CEFET-Maracanã). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF- Rio das Ostras). Assistente Social na Atenção Primária a Saúde, atuando no NASF do município de Resende. E-mail: torquato.evelyn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1668-7973>

e processos de migração – dessa população no Brasil, bem como, problematiza como isso afeta radicalmente a saúde mental da população negra contribuindo para um sofrimento de herança colonial. Com isso, as tensões existentes no trato relacional da saúde mental, do uso abusivo de drogas e a população negra, ficam evidenciadas na história e nos desdobramentos da Reforma Psiquiátrica Brasileira e mais recente, no processo de “remanicomialização do cuidado em saúde mental” (GUIMARÃES E ROSA, 2019).

A segunda parte do livro intersecciona raça, gênero e classe para pensar a saúde mental e as drogas a partir dessas categorias. A primeira parte já traz um panorama das políticas de saúde mental e drogas no Brasil e na América Latina. Já as duas últimas partes dão ênfase ao Serviço Social, primeiro a um debate teórico construindo perspectivas críticas do debate em questão, e depois, focado no trabalho profissional das assistentes sociais, pensando os desafios postos na contemporaneidade.

Com os ajustes neoliberais orquestrados pela agenda acelerada da contrarreforma do Estado, o cenário político e econômico brasileiro denota o desmonte dos serviços públicos, a reconfiguração das políticas sociais com tendências a burocratização do acesso e a precarização nos serviços prestados. O ano de 2016 marca a emergência do ultraneoliberalismo com o impeachment da presidenta Dilma – golpe parlamentar – e o teto de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95 no governo Temer (passando do desfinanciamento para subfinanciamento das políticas sociais nos campos da saúde, educação e assistência) que escancara o cenário de desproteção social no Brasil e aprofunda a lógica privatista nas políticas de saúde.

O ultraconservadorismo e o autoritarismo aliados a decadência da racionalidade – como projeto – tomam materialidade com a aparição da família Bolsonaro nas disputas presidenciais e sua vitória em 2018.

O bolsonarismo se desenvolve por tendências revisionistas da história para justificar, naturalizar ou negar acontecimentos bárbaros na humanidade, como a escravização de negros e a ditadura militar, recriando legitimidade em discursos racistas, homofóbicos e machistas, sem medo de ser, e sendo apoiado pela hegemonia da igreja, da direita e extrema direita, e até mesmo de parte da classe trabalhadora que pela condição de explorada, expropriada, alienada e manipulada em seus processos de produção material e reprodução da totalidade da vida social (tendem a se identificar com o opressor) e as atitudes ditas populistas do presidente, tendo como destaque a classe média e seus ressentimentos adquiridos pela mobilidade da classe trabalhadora nos governos petistas.

E é nesse contexto que decorre a crise sanitária como consequência da pandemia do coronavírus, mas não só, atrela-se ao bolsonarismo caricatamente negacionista e a retração das políticas públicas.

O livro começa pelo debate da Política de Saúde Mental e Drogas, problematizando seus desdobramentos no cenário em questão. E o que os

artigos imputam demonstra o quanto do ultraconservadorismo, do neoliberalismo e do bolsonarismo tem nas características dos retrocessos no campo de saúde mental e nas formulações e execuções de suas políticas. Na contramão da lógica da reforma psiquiátrica, o Ministério da Saúde em 2017 propõe uma “nova política de saúde mental” retomando a lógica manicomial – o “isolar para tratar” – dando centralidade ao viés moral e tendo a internação em hospitais psiquiátricos como alternativa a crise, identificado como um processo de “remanicomialização do cuidado em saúde mental” em curso desde 2010.

Heidrich (2020) vai nos dizer que mesmo com todos os avanços no que diz respeito ao modelo de atenção psicossocial acumulados nos 40 anos do movimento antimanicomial comprovando a eficácia do cuidado a partir da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tanto o hospital como o isolamento continuaram como resposta ao sofrimento psíquico. Nos últimos tempos a lógica manicomial tem se fortalecido persistindo a violação de direitos, o trato dos “sujeitos como algo destituído de razão, reproduzindo o adoecimento e a exclusão” (2020, p. 49).

A segunda parte que trata da interseccionalidade de gênero, raça e classe para pensar a saúde mental e as drogas, traz em seus artigos conceitos e categorias centrais para pensar a racialização e seus impactos à saúde mental. Partindo da análise de que o racismo é estrutural e estruturante nas relações sociais brasileiras, Silva e Júnior (2020) vão falar sobre a intervenção jurídico-policial no trato das drogas e seu caráter proibicionista, problematizando o projeto genocida do Estado brasileiro em relação à população negra, conferindo que a criminalização das drogas é uma guerra contra a negritude; guerra essa que contribui para os diversos confinamentos destinados aos negros como: os territórios periféricos, as comunidades terapêuticas (crescente com a atuação das igrejas contra o crack, isolando o usuário e tratando a questão por um viés moralista), os hospitais psiquiátricos, o extermínio da juventude negra, o encarceramento em massa, e a morte.

Tendo a branquitude como sistema hierárquico de poder e dominação, a lógica é ocidental, dinamizada pela colonialidade do saber/poder/ser e/ou pelas *políticas de colonialidade*, ou seja, os mecanismos de dominação e opressão operados pelo Estado.

As autoras Ferrugem e Gershenson (2020) interseccionando racismo e sexismo, vão nos falar sobre as marcas da colonialidade nas mulheres negras citando “à precarização do trabalho, à solidão no sustento e cuidado dos filhos, a violência, o assédio machista e à desvalorização do saber produzido” (p. 215) como aspectos ignorados no cuidado a saúde mental das mulheres, reforçando aquela velha e nova ideia da resistência das mulheres negras, intitulado-as como guerreiras, todavia, sob intensa exploração.

Partindo da compreensão de que “o racismo está na base da proibição das drogas no Brasil” (p. 206) as autoras também vão afirmar que

para alcançar o projeto dominante de sociedade, em uma sociedade embranquecida, as teorias raciais eugenistas e os discursos conservadores relacionavam o consumo de drogas aos negros, bem como, demonizavam e inferiorizavam seus costumes para a manutenção da ideologia dominante.

Barcellos (2020) ao final da terceira parte do livro ao tratar sobre proibicionismo, trará para o centro do debate o conceito de necropolítica do Mbembe, que também é pensado a partir da colonialidade, uma vez que naturaliza o genocídio da população negra tratando negro e escravo como sinônimos. O autor nos diz que existe um grupo específico para ser punido pelo Estado e que este se apresenta radicalmente punitivo, excludente e assassino, ao fazer um “recorte de classe, raça e território”, atingindo “as camadas mais pobres, vulneráveis e comumente residentes das favelas” (p. 388). Compreende também o proibicionismo como dispositivo da necropolítica, uma vez que busca justificar o extermínio da juventude negra periférica que são alvo dentro da política de drogas e que tem como reflexo um superencarceramento por tráfico de drogas.

Para perpetuação do domínio ideológico de cunho ocidental, a colonialidade é central no que tange aos costumes, “teorias e práticas sociais que justificam relações de opressão e exploração entre territórios geograficamente distantes”. Os europeus impuseram um ideal de civilização considerando a superioridade ocidental a ser seguida pelos povos colonizados. Portando, a colonialidade surge com a escravidão e o colonialismo e tende a se reatualizar nas múltiplas determinações da realidade (SILVA e JÚNIOR, 2020, p. 188 e 189). O contínuo processo de descolonização não anula a colonialidade, uma vez que seus determinantes estão na estrutura da formação social brasileira. Almeida (2020, p.17) afirma que a memória é uma estratégia de descolonização, visto que não se pode lutar por aquilo que desconhece, e por um movimento onde não se reconhece no decorrer da história. É preciso apreender a origem das opressões e suas estruturas para então desnaturalizá-las.

Pensar saúde mental e drogas na perspectiva da descolonização é olhar para a história com rigor crítico pautado na materialidade da vida cotidiana e suas reproduções simbólicas, considerando, sobretudo, o trauma coletivo que a população negra atravessa nesses quase 390 anos, é também fazer uso de epistemologias contra hegemônicas para analisar loucura, sofrimento psíquico, o uso de substâncias psicoativas e garantir as práticas antirracistas na execução das políticas de saúde.

A quarta e última parte do livro trata sobre “Questões ao Trabalho Profissional do Serviço Social na Saúde Mental, Drogas e Atenção Psicossocial” reunindo quatro artigos que falam especificamente sobre o trabalho das (os) assistentes sociais. O primeiro fala sobre os velhos e novos problemas da atuação na saúde (GARCIA, LEAL, OLIVEIRA, 2020); o segundo fala sobre a pandemia e seus impactos na atenção psicossocial e proteção social (DIAS, BRANDÃO, FUZINATTO, PEREIRA, 2020); o terceiro trata a atuação

na saúde mental infanto-juvenil (PEREIRA e CRONEMBERGUER, 2020); e o último vai enfatizar o trabalho intersetorial, traçando as estratégias e desafios para a atenção psicossocial ao considerar o isolamento social (BARBOSA e BARRETO, 2020).

Nesses espaços de atuação da (o) assistente social, as demandas possuem os marcadores dos determinantes e condicionantes sociais em saúde. Tais determinantes dialogam com as reflexões anteriores sobre as opressões de raça, gênero e classe, demonstrando que as contradições inerentes à sociedade capitalista, também se expressam na reprodução do trabalho profissional, pois atuam nas políticas sociais, no trato das expressões da questão social que na saúde mental se caracteriza pela “exclusão da pessoa em sofrimento psíquico do sistema produtivo e do convívio social pelo estigma social que passou a fazer parte da sua identidade”, bem como “no enfrentamento de situações de violações de direitos que afetam as condições de vida da população” e principalmente dos historicamente estigmatizados no Brasil: os negros.

A desigualdade social fruto da lei geral de acumulação do capital combinada com a reprodução das opressões, aumenta a probabilidade de sofrimento mental e em contexto de crise econômica e pandêmica, os mais atingidos já são os atingidos de outros tempos, intensificando com isso as desigualdades e os desafios profissionais que estão atrelados aos desafios da conjuntura política.

Para além dos velhos problemas, inauguraram-se outros problemas decorrentes da pandemia do coronavírus e da pobreza. A atuação profissional foi atravessada pelo teletrabalho, por grandes números de afastamentos, sobrecarga e precariedade nas condições de trabalho, dentre outros fatores. A realidade tem demandado uma constante reelaboração, readequação e criatividade para que sem sair da orientação das atribuições e competências profissionais, possam garantir respostas imediatas/resolutivas, e no cenário ultraconservador em que estamos, o racismo, a xenofobia, o machismo e a homofobia são constantes que desafiam o trabalho profissional tendo como horizonte o fundamento ético-político. Descolonizar o saber e a loucura faz parte da luta antimanicomial e da necessidade de superação da barbárie instaurada nos tempos presentes.

Referências

- ALMEIDA, M. S. Prefácio. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 13-22, 2020.
- BARBOSA, A. da S. B.; BARRETO, M. C. Saúde mental e o trabalho inter-setorial: estratégias e desafios para atenção psicossocial em tempos de isolamento social. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p.473-490, 2020.
- BARCELLOS, W. de S. Proibicionismo e Necropolítica: os desafios do Serviço Social em tempos de pandemia. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 387-404, 2020.
- DIAS, M. T. G.; BRANDÃO, A. M. F.; PEREIRA, B. C. M. O impacto da pandemia no trabalho dos assistentes sociais na atenção psicossocial e proteção social. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p.431-450, 2020.
- FERRUGEM, D; GERSHENSON, B. Guerra às drogas em contexto de pandemia: repercussões na saúde mental das mulheres negras. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 203-224, 2020.
- GARCIA, M. L. T; LEAL, F. X.; OLIVEIRA, E. F. dos A. O trabalho do assistente social nos serviços de saúde em tempos de pandemia: velhos e novos problemas. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 407-430, 2020.
- GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- GUIMARÃES, T.; ROSA, L. A remanicomialização do cuidado em saúde no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 22, n.44, p111-138, mai./ago., 2019.
- HEIDRICH, A. V. Isolados e aglomerados desde sempre: sobre a necessidade de avançar a luta pelo fim dos manicômios. In: GOMES, T. M. da S.; PAS-

SOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 35-54, 2020.

PEREIRA, S. L. B.; CRONEMBERGUER, I. H. M. O trabalho do/a assistente social na saúde mental infanto-juvenil em tempos de pandemia da covid-19. *In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p.451-472, 2020.

SILVA, A. P. P. da; JÚNIOR, J. S. M. Racismo estrutural e o paradigma antinegro: o proibicionismo e a guerra às drogas como os novos grilhões dos negros brasileiros. *In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 185-202, 2020.

DOI: 10.12957/rep.2022.63535



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.